

O plano de volta às aulas não tem professor

Nossas vidas, nosso bem-estar, também estão em jogo nesse retorno

Celso Napolitano

Presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp)

Voltar às aulas quando ainda não chegamos ao auge da pandemia será uma decisão irresponsável, certamente induzida por motivação política, e não por critérios de saúde.

Ao se planejar o retorno, os profissionais de educação devem ser ouvidos, devem participar na elaboração de protocolos de acolhimento, já que estamos na linha de frente da educação.

Não bastam critérios para a recepção de alunos nas escolas. Os seus pais e também os educadores devem ser ouvidos — e iremos ampliar o debate e até levar o caso ao Ministério Público se a suspensão de aulas for relaxada antes que se tenha o controle do novo coronavírus.

No plano do estado de São Paulo, apresentado na última quarta-feira (24), apenas os donos de escolas foram consultados. Nenhum professor, nenhum funcionário administrativo participou do planejamento até agora. A pedagogia e as relações de trabalho foram deixadas em segundo plano. Os docentes estarão expostos: mesmo o cálculo de 35% de alunos na primeira fase do retorno iria obrigar o professor a 100% de participação.

Durante os três meses em que tem durado este período de suspensão de aulas, professoras e professores foram submetidos a um brutal excesso de trabalho. Para evitar o contágio e a disseminação do vírus, a receita do afastamento social obrigou o fechamento das escolas e a reco-

mendação de que todos ficassem em casa. Mas, ao contrário de muitos profissionais que interrompem seu trabalho quando confinados, professores foram instados a continuar trabalhando, continuar dando aulas, do jeito que desse, e com resultados preocupantes.

Em função dos decretos de quarentena, os professores foram abruptamente transferidos para o regime de teletrabalho ou home office. Essa mudança, de uma hora para outra, provocou uma alteração radical do planejamento pedagógico, pois a atividade docente realizada de modo presencial é substancialmente diferente daque-

[...]

As educadoras, os educadores e os profissionais de educação não foram devidamente consultados quando se decretou a suspensão de aulas e, agora, não estão sendo levados em consideração quando se fala em relaxar a quarentena

la exercida em ambiente virtual.

Assim, é preciso notar que o que está sendo feito durante esta quarentena não é, tecnicamente, “ensino a distância”. O que temos agora são “aulas a distância”. Simplesmente, em um intervalo curtíssimo de tempo, os professores tiveram que alterar todo o seu planejamento e adaptar-se ao ambiente virtual, com todas as consequências que isso representa: falta absoluta de controle sobre o grupo de alunos, planejar o roteiro das aulas e transformá-las em videoaulas, lidar com equipamentos tecnológicos e adaptar o ambiente de suas residências em “estúdios” de transmissão ou de gravação — uma verdadeira invasão no ambiente doméstico, em um momento em que suas famílias também estavam submetidas ao isolamento social.

Colaboramos até agora. As educadoras, os educadores e os profissionais de educação não foram devidamente consultados quando se decretou a suspensão de aulas e, agora, não estão sendo levados em consideração quando se fala em relaxar a quarentena. Os educadores são os elementos principais desta relação e nesse acolhimento no retorno às aulas. Nós, profissionais da educação, também temos que participar desse acolhimento. E temos também que ter nossa opinião levada em consideração e ser respeitada.

As nossas vidas, o nosso bem-estar, também estão em jogo.

Fonte: Folha de S. Paulo, 29 de junho de 2020, A-3